

Empresas utilizam ouro para driblar moratória

José Coury Neto

Com a dificuldade de obtenção de crédito no exterior, a partir da decretação da moratória em fevereiro, as empresas importadoras estão descobrindo alternativas para viabilizar seus negócios. Uma delas é a nova operação bancária lastreada em ouro que permite a estas empresas obter financiamento em dólares no exterior, pagando no Brasil em cruzados.

Esta nova operação de financiamento que começa a aliviar a situação de algumas empresas importadoras, principalmente de equipamentos, foi inaugurada pelo Banco do Brasil no final de agosto. Ela consiste do seguinte processo: a empresa interessada em importar pela Resolução 767 (que estabelece prazo de pagamento mínimo de 180 dias) compra à vista do Banco do Brasil, em cruzados, o equivalente em ouro ao valor de sua importação. Deixa suas barras de 250 gramas nos cofres do Banco, em custódia.

Em contrapartida, o Banco do Brasil aciona uma de suas 39 agências no exterior e consegue no País do fornecedor estrangeiro crédito nos prazos e quantidades desejados pela empresa compradora brasileira. Quando saldar sua dívida em dólares a empresa poderá resgatar seu ouro em poder do BB. Até o momento seis em-

presas — mantidas em sigilo — ingressaram neste novo sistema de financiamento. Um dos principais motivos da procura reduzida por esta operação é o fato de ela exigir desembolso à vista para a compra do ouro.

Depois da moratória as empresas importadoras brasileiras estão praticamente impossibilitadas de obter financiamento do exterior dentro dos prazos exigidos pela resolução 767. Como saída, várias estão buscando remeter dólares para o exterior adquiridos no mercado paralelo. Esta atitude, bastante difundida no meio industrial, ainda é tida como ilegal.

Uma das autoridades que mais tem denunciado a situação das empresas importadoras, principalmente de máquinas e equipamentos completos, é o vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva. Ele está convencido de que a falta de financiamentos externos para importação «é um dos piores problemas enfrentados pelo País atualmente».

Destaca que, com a moratória, as linhas de crédito ficaram restritas apenas ao que estava estabelecido no acordo de 1983, diminuindo portanto o total do financiamento, já que foram suspensas as linhas voluntárias. Assim as dificuldades hoje são crescentes para a obtenção de crédito

mais dilatado, que viabiliza a necessidade de importação das indústrias.

A saída imediata para as empresas importadoras, de acordo com Adroaldo Moura da Silva, é a retomada do pagamento regular dos juros da dívida externa, além do pagamento simbólico que o País poderá fazer até o dia 26, sob pena de ter seus créditos rebaixados. Outra saída para amenizar a situação das importadoras seria a modificação da Resolução 767 e uma revisão tarifária que reduziria alguns impostos sobre produtos excessivamente taxados, uniformizando as taxas sobre produtos importados.

Do total das importações brasileiras no primeiro semestre (US\$ 8,7 bilhões) apenas 17% (US\$ 1,5 bilhão) pagaram imposto de importação. O restante das compras brasileiras entraram sem qualquer tipo de taxa, ou porque são isentas ou foram suspensos os impostos. Dos US\$ 8,7 bilhões importados no primeiro semestre, nada menos que US\$ 5,8 bilhões foram de compras feitas à vista ou com financiamento de curtíssimo prazo. Com financiamento de seis meses a um ano foram importados US\$ 1,7 bilhão. Com financiamentos com prazos mais longos apenas US\$ 725 milhões e em transações especiais apenas US\$ 367 milhões.